



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

GZIANA CLECIANY SILVA DE ARAÚJO

**UMA ANÁLISE ACERCA DOS CAMINHOS TRAÇADOS PELO SETOR SOCIAL
DA ORGANIZAÇÃO PAPEL MARCHÊ PARA INSERÇÃO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NA ESCOLA.**

CAMPINA GRANDE

2018

GZIANA CLECIANY SILVA DE ARAÚJO

**UMA ANÁLISE ACERCA DOS CAMINHOS TRAÇADOS PELO SETOR SOCIAL
DA ORGANIZAÇÃO PAPEL MARCHÊ PARA INSERÇÃO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NA ESCOLA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba–UEPB.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria Noalda Ramalho

**CAMPINA GRANDE
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A658u Araujo, Gziana Cleciany Silva de.
Uma análise acerca dos caminhos traçados pelo setor social da Organização Papel Marchê para inserção de crianças e adolescentes na escola. [manuscrito] : / Gziana Cleciany Silva de Araujo. - 2018.
35 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho ,
Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."

1. Evasão escolar. 2. Serviço social. 3. Busca ativa escolar.

21. ed. CDD 362.7

UMA ANÁLISE ACERCA DOS CAMINHOS TRAÇADOS PELO SETOR
SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO PAPEL MARCHÊ PARA INSERÇÃO DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social, pelo Curso de
Serviço Social da Universidade Estadual da
Paraíba– UEPB.

Aprovado em: 14 / 06 / 2018.

BANCA EXAMINADORA

Maria Noalda Ramalho

Prof^a. Dr^a. Maria Noalda Ramalho (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Thereza Karla de Souza Melo

Prof. Me. Thereza Karla de Souza Melo (Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Susana Tavares de Oliveira

Assistente Social Susana Tavares de Oliveira (Examinadora)

Papel Marchê

Às Ana's que compõem minha vida e a Pietro,
pelo companheirismo e amor, dedico.

Eu tô aqui pra quê?
Será que é pra aprender?
Ou será que é pra sentar, me acomodar e
obedecer?

Gabriel, O Pensador.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	06
2.	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.....	08
3.	EVASÃO ESCOLAR x PROGRAMAS NACIONAIS DE INCENTIVO À INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA.....	12
3.1	Busca Ativa Escolar.....	17
4.	APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	18
4.1.	Caracterização da Organização Papel Marchê.....	21
4.2.	Análise de dados da pesquisa.....	21
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
	REFERÊNCIAS.....	29
	APÊNDICE.....	32

UMA ANÁLISE ACERCA DOS CAMINHOS TRAÇADOS PELO SETOR SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO PAPEL MARCHÊ PARA INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA.

Gziana Cleciany Silva de Araújo*

RESUMO

Nosso trabalho tem como objetivo analisar os caminhos traçados pelo setor social da Organização Papel Marchê para inserção de crianças e adolescentes na escola. A pesquisa partiu de uma perspectiva analítico-crítica da realidade social, realizada através do levantamento bibliográfico e da pesquisa de campo e documental, tendo como instrumentos de coleta de dados a observação e a entrevista semiestruturada. A partir dos dados coletados, discutimos as motivações que levam crianças e adolescentes a evadirem da escola, tais como a necessidade de contribuir na renda familiar e a exclusão escolar, discutimos, ainda, o arcabouço técnico-instrumental que os assistentes sociais do Papel Marchê utilizam para responder a essa demanda, tendo destaque o atendimento sócio individualizado e o encaminhamento interinstitucional, assim como analisamos o Busca Ativa Escolar, plataforma parceira para esta problemática.

Palavras- Chaves: Evasão escolar; Serviço Social; Papel Marchê; Busca Ativa Escolar.

1. INTRODUÇÃO

A evasão escolar ocorre na instituição de ensino quando o(a) aluno(a) deixa de frequentar as aulas, caracterizando o abandono escolar durante o ano letivo. É um problema nacional que surge como uma demanda das classes menos abastadas, presente nas realidades mais pauperizadas, e causando um ciclo vicioso difícil de sair para as gerações seguintes de quem a sofre, uma vez que quem evade a escola, o faz por diversos motivos, dentre eles: a exclusão escolar, a necessidade de questões objetivas de reprodução que levam à criança e o adolescente a necessitar contribuir com a renda da família, a falta de estímulo

* Aluna da Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba - Campus I.
Email: anasaraujo8@gmail.com

familiar para a permanência da criança e adolescente na escola, ausência de escolas próximas à sua casa e/ou a falta de adultos para o acompanharem no percurso, entre outros.

A existência da evasão escolar pode causar problemas de desenvolvimento da capacidade crítica do indivíduo em conseguir realizar uma análise da realidade à sua volta, para além de problemas de baixo auto-estima, o que corrobora para que este se mantenha refém da lógica do capital de subserviência.

Esta demanda chega ao setor de serviço social da Organização Papel Marchê por meio de encaminhamentos de outras instituições, pela procura espontânea da família, entre outras formas, e este por sua vez trabalha em parceria com a plataforma Busca Ativa Escolar, que se trata de uma iniciativa do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), implantada no município de Campina Grande (PB) quando este recebeu o selo de cidade amiga da criança em setembro de 2016, que visa alocar todas as crianças e adolescentes na escola.

Diante disso, o trabalho apresenta uma pesquisa que analisa os caminhos traçados pelo setor de serviço social da Organização Papel Marchê para inserção de crianças e adolescentes na escola, uma inquietude que surgiu a partir da observação durante o estágio obrigatório em serviço social realizado na instituição, visando explanar de onde vem essa demanda levando em conta o perfil dos usuários da instituição, os instrumentais técnico-operativos utilizados pelo serviço social para responder a tal demanda, e uma análise da parceria do setor de serviço social da Organização Papel Marchê com a Plataforma Busca Ativa Escolar.

Para tal feito, a disposição do nosso trabalho inicia com uma breve explanação de como é tratada a educação historicamente no Brasil, em seus diferentes contextos históricos. Seguimos com a discussão sobre a evasão escolar, os atuais programas de incentivo à inserção de crianças/adolescentes na escola, a exclusão escolar e apresentamos a plataforma Busca Ativa Escolar. Por fim, expusemos a pesquisa como um estudo realizado através do levantamento bibliográfico sobre a temática discutida e por meio da pesquisa de campo e documental, de natureza exploratório e analítico crítico com caráter quanti/qualitativo. Na sequência, enfatizamos a caracterização do campo de pesquisa, a Organização Papel Marchê, e a análise dos dados nele coletados.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.

Historicamente, o Brasil tem políticas sociais excludentes no plano educacional. As contribuições de Rizzini (2011) nos permite notar que durante o Brasil colônia havia o incentivo à abertura de escolas para a população, por parte das Ordenações do Reino de Portugal, com exceção das crianças que tivessem doenças contagiosas, que não tivessem sido vacinados ou que fossem escravas.

As contribuições de Azevedo (2000) nos clarificam que havia dois modelos educacionais, um direcionado à população pobre e livre, responsabilidade das províncias, em que:

[...] aos homens reservava-se o aprendizado de ofícios manuais e às mulheres, o treinamento nas prendas do lar, ensino que seria paulatinamente transformado em preparação para o exercício do magistério primário (AZEVEDO, 2000, p. 20),

O ensino direcionado às elites era fruto da iniciativa predominantemente privada para o ensino secundário e cursos preparatórios. Ao final destes estudos, estavam formados bacharéis e letrados que exerceriam cargos públicos na burocracia e atividades liberais.

Apenas na segunda metade do século XIX, já no período Imperial do Brasil, a formulação da questão educacional é alvo de preocupação, uma vez que o país passava por transformações sociais, econômicas e políticas, a exemplo do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal em 1825, abolição da escravatura em 1880 e a proclamação da república em 1889. No entanto, não chega a ser uma questão nacional, mas é neste contexto que se tem a apreensão por parte de alguns acerca da importância da educação.

No início do século XX, período denominado como "Primeira República", "[...] os índices de analfabetismo atingiam cerca de 80% do total da população. Entre os maiores de quinze anos, esse índice era de 65%, situação que se manteve praticamente a mesma até o limiar da década de 20." (PAIVA, 1973 apud AZEVEDO, 2000) No contexto da primeira guerra mundial, juntamente ao movimento nacionalista, a educação nacional torna-se forte objeto de discussão. O grupo urbano-industrial passa a reivindicar

[...] escolarização das massas, mediante campanhas de alfabetização, e pela universalização do ensino primário. Cobravam-se ações do poder central tanto no sentido de prover fundos quanto no de estabelecer uma política nacional de educação. (NAGLE, 1974 apud AZEVEDO, 2000, p. 25).

Azevedo (2000) nos mostra que com a iniciativa do Clube Militar do Rio de Janeiro, em 1915, funda-se a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, propondo-se esta, a combater o analfabetismo com a discussão em torno do tema ganhando força. Em 1924, tem-se a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), que visava propor, no plano educacional, universalizar o ensino primário leigo, obrigatório e gratuito, sendo esta responsabilidade do Estado; unificação do sistema dual de ensino (ensino para as elites e ensino para as classes populares), e o fortalecimento da União sobre o setor. É da ABE que saem os "pioneiros da educação", primeiros educadores reconhecidos enquanto tal, reivindicadores de uma educação de caráter social, e de responsabilidade do Estado.

Em 1930, no início da Segunda República, Azevedo (2000) destaca o surgimento do então chamado, "Ministério da Educação e Saúde", e a partir deste, o "Conselho Nacional de Educação" e o "Conselho Consultivo do Ensino Comercial", que lançam as diretrizes nacionais para a educação. A constituição de 1934 aloca ao Estado, como responsabilidade da União, o planejamento nacional da educação, assim como a coordenação, fiscalização e execução do mesmo. Entretanto, um plano nacional de educação só foi estabelecido a partir de 1961, após a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino de 1946.

A escolarização básica, no contexto de modernização capitalista, é elaborada de forma a suprir uma necessária qualificação da força de trabalho, e o requisito para a formação de um mercado com poder de consumo. Atrelado à modernização capitalista, entre outras transformações, vem o crescimento da população urbana, e isto resultou numa expansão do acesso à educação, como aponta Romanelli (1978):

Forjou-se, assim, uma demanda social por educação que acabou resultando numa considerável expansão da oferta de ensino e no aumento dos níveis de escolarização. Com efeito, as taxas de escolarização da população escolarizável, em nível primário e médio, passaram de 21,43%, em 1940, para 53,72% em 1970, ao mesmo tempo que decresceram significativamente os índices de analfabetismo. Entre a população de 15 anos e mais, nos anos considerados (1940-1970), esses índices caíram de 56,2% para 33,1%. (AZEVEDO, 2000 apud ROMANELLI, 1978, p. 34)

Na década de 1960 a problemática da educação ganha visibilidade, pois em 1961 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDBN). Nesse momento, houve mobilizações que visavam às reformas de bases nacionais, e a educação está inclusa nas causas, e há, também, a difusão do papel da educação enquanto instrumento de politização e conscientização, que resultará em movimentos tais como, o Movimento de Educação de Base (MEB), as campanhas dos Centros Populares de Cultura (CPCs), organizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimentos de Cultura Popular em Pernambuco e a campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", no Rio Grande do Norte (AZEVEDO, 2000).

A partir do período do ano de 1964, ano inicial da ditadura militar, Menezes (2014) nos mostra que:

[...] uma política educacional realmente se estabeleceu no Brasil, pois o Estado assumiu seu papel condutor dos rumos do sistema educacional e conferiu à educação o papel de reprodutora contraditória da luta de classes, da estrutura de poder, bem como reprodutora da força de trabalho (MENEZES, 2014, p.18).

Entretanto, o

[...] processo de repressão e exclusão provocou uma lentidão no âmbito educacional acarretando uma má qualidade de ensino fazendo com que adolescentes ficassem retidos ou que demorassem anos para obter o certificado de conclusão no que diz respeito ao ensino fundamental, assim, o ensino médio e a educação noturna começam a se destacar na década de 1970, surgindo também o problema da qualidade de ensino. (MENEZES, 2014, p.18)

No ano de 1971, é aprovada uma nova LDB, a de nº 5.692, que é bem vista pelos professores. Na década de 1980, com o fim a ditadura militar e a nova constituição brasileira, articula-se uma nova LDB, a de nº 9.394, sancionada em 1996, estando essa em vigor até os dias atuais.

Trata-se de uma regra de caráter global, de aplicação geral, abstrata e de caráter impositivo, que normatiza e dá a direção, o rumo fundamental que a Educação Brasileira deve seguir. De acordo com a própria simbologia do nome, essa Lei contém em suas linhas as indicações fundamentais que garantem a organização dos sistemas educacionais do país[...]. [...] Ela envolve muitos interesses, interferindo tanto nas instituições públicas quanto privadas, abrangendo todos os aspectos da organização da Educação nacional. Trouxe, ainda, um enorme avanço: definiu o que pode, o que é e o que não é permitido em termos educacionais. (MENEZES, 2014, p. 19)

A partir desta contextualização temos a confirmação de que a educação brasileira historicamente foi pensada numa lógica mercadológica, pois a iniciativa privada nesta área acompanha quase toda sua narrativa, sendo aos pobres direcionada uma educação para a subserviência; diferentemente das classes abastadas, que tiveram acesso a uma educação que lhes permitia a reprodução do posto de poder social e econômico.

Fernandes (s/ano) nos mostra que no ano de 1989 o primeiro projeto da nova LDB foi apresentado ao congresso, sendo criadas subcomissões presididas pelo deputado Libiratan Aguiar e coordenadas pelo deputado Florestan Fernandes. No entanto, no início dos anos 1990, após as eleições de 1989, a composição da Comissão de Educação do Senado foi alterada e quase todos os representantes de partidos políticos foram substituídos, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB encaminha documentos expressando a sua preocupação com a direção da tramitação da nova LDB.

Em meados do ano de 1990, o projeto da nova LDB foi encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação, tendo como relatora a deputada Sandra Cavalcanti, defensora dos interesses privatistas, e isso resultou numa significativa alteração do texto inicial. Em 1991 o referido projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados; entretanto, volta às comissões técnicas para apreciação de 1.263 emendas. Assim, apenas no ano de 1992 a nova LDB volta a ser discutida, até porque paralelo a isso ocorria o "impeachment" do presidente Fernando Collor. Em junho de 1993 o projeto da nova LDB aprovado na câmara começou a ser discutido no Senado.

Desconsiderando toda a tramitação do projeto da nova LDB ocorrida em maio de 1992, o senador Darcy Ribeiro entra no Senado Federal com um projeto de "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", assinado também pelos senadores Marco Maciel e Maurício Corrêa.[...]

Em 1993 o projeto da Câmara dos Deputados passa a ser apreciado pela Comissão de Educação do Senado Federal, sendo arquivado no mesmo ano e retomado apenas em 1994. Independente da análise dos textos dos dois projetos, o que observamos é que o apoio parlamentar a cada um deles difere. O jogo de forças em defesa de interesses distintos se acentua a cada nova constituição e distribuição dos partidos nas diferentes instâncias. (FERNANDES, s/ano, p. 44-45)

Um substitutivo foi elaborado a partir do mencionado anteriormente, e foi aprovado em fevereiro de 1996, o mesmo constou com 92 artigos distribuídos em 9 títulos, e foi aprovado em dezembro do mesmo ano sem vetos, não houve nesse feito a participação dos grupos ligados à educação, acabando sendo o Ministério da

Educação o responsável por conciliar os interesses de todos os grupos sociais, resultando assim, numa lei que tenta ausentar ao máximo o Estado de suas atribuições e dividi-los com a iniciativa privada. (FERNANDES, s/ano).

Mesmo assim, a LDB de 1996 se mostra a mais progressista na direção de um ensino menos destoante entre as classes sociais, e atrelados a essa surgem programas nacionais que visam inserir crianças e adolescentes na escola. Sobre estes, aprofundaremos no ponto a seguir.

3. EVASÃO ESCOLAR X PROGRAMAS NACIONAIS DE INCENTIVO À INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA

Dentro de um país de dimensão continental como o Brasil, a desistência e/ou não inserção de crianças e adolescentes na escola é alarmante. Segundo o censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP) no Brasil, ano de 2016, o número é de 2,8 milhões de crianças e adolescentes fora da escola, sendo a faixa etária de 15 a 17 anos a maior em situação de evasão e a de 4 a 5 anos a segunda maior, sendo apontadas diferentes questões para a existência de tal evasão (NOVA ESCOLA, 2017).

A evasão escolar é vista como uma importante expressão da questão social, pois a interrupção do aluno na sua trajetória escolar gera uma série de prejuízos tanto para sociedade civil como para si mesmo, pois se tornará um trabalhador sem qualificação, mal remunerado e sempre a mercê do desemprego. (MENEZES, 2014, p. 29)

Entretanto, ainda assim, alguns teóricos direcionam a culpa dessa situação ao próprio estudante, e ao seio familiar ao qual este pertence, tirando, assim, do Estado a responsabilidade da problemática a Constituição Federal de 1988, a qual assegura que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art.205, p 123).

Sendo assim, a educação precisa formar o indivíduo para o mundo do trabalho, mas, não apenas isso. Precisa contribuir para a formação deste enquanto cidadão garantindo-lhe uma condição de vida que permita analisar a realidade à sua

volta criticamente, usufruindo, assim, de sua condição de pessoa plenamente desenvolvida. E neste quesito, guiados por uma análise crítica, Forgiarini e Silva (2007) contribuem afirmando que

a garantia de um padrão de qualidade em educação vai além da oferta de vagas, pois envolve a permanência e o sucesso dos que nela ingressam. Este sucesso numa perspectiva de educação histórico-crítica, fundamentada numa concepção Materialista Histórica Dialética, perpassa pela garantia de uma educação que propicie a aquisição de conhecimento científico historicamente acumulado de forma crítica. Além disso, é importante que possibilite, ainda, a formação da cultura democrática e potencialize ações rumo à transformação desta sociedade que é extremamente injusta e opressora, numa perspectiva de que o aluno se perceba enquanto parte desta sociedade que é contraditória; que se reconheça como homem sujeito. (FORGIARINI E SILVA, 2007, p. 12)

Ou seja, a própria lacuna deixada pelo Estado, enquanto órgão devedor da viabilização do acesso a uma educação que assegure ao cidadão uma possibilidade do seu desenvolvimento pleno contribui para as causas da evasão escolar, uma vez que este indivíduo não tem a socialização de seus direitos e, a partir disso, não os reivindica.

o fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade. (FUKUI, 1983 apud QUEIROZ, s/ano, p. 5).

O(a) aluno(a) pode evadir o ambiente escolar a partir de vários fatores, como a necessidade em contribuir na renda domiciliar, a falta de estímulo da família para que este continue estudando, a falta de escolas próximas de sua residência, a falta de transporte, e/ou adulto para levar a criança e/ou adolescente até a escola, questões de doença/deficiência do(a) aluno(a), entre outras.

Sousa (2017) sinaliza que as políticas educacionais estão concentradas na zona urbana do país, fazendo com que alunos que morem na zona rural tenham uma precarização do ensino ainda maior, pois terão, muitas vezes, que caminhar longas distâncias para chegar até a escola mais próxima.

Outro ponto que chama a atenção são os espaços de trabalho que essas crianças e adolescentes vão ocupar, sendo as mais recorrentes a exploração sexual, o tráfico de drogas, e os trabalhos braçais. Trabalhando por longas jornadas, sendo mal remunerados e sem o asseguramento de nenhum direito, ou situação legal.

Para além disso, se trata de uma negligência a realidade social da população que sofre essa problemática, uma vez que existem diversas consequências da evasão escolar, tais como,

A ocorrência de baixa auto-estima ligada à timidez excessiva e ao sentimento de incapacidade, dificuldade para o ingresso no mercado de trabalho, má qualidade de vida, desqualificação e barateamento de mão-de-obra, estímulo à violência e prostituição, gravidez precoce, consumo e tráfico de drogas. Enfim, a maior consequência é a consolidação da desigualdade social que, por sua vez, coloca as pessoas numa situação completamente desprotegida, com dificuldades de saída dessa complicada condição. (CERATTI, 2008, p. 33 apud MENEZES, 2014, p. 29)

Configurando, assim, uma violência gerada pelo Estado a um segmento específico, o menos abastado, e condicionando as próximas gerações desta população a viver um ciclo vicioso difícil de desviar, e difícil de reivindicar uma saída quando não se tem acesso à socialização e conscientização dos direitos que estão sendo lesados.

A arte também nos mostra como a evasão escolar afeta a vida de quem a sofre, a exemplo da realidade de vulnerabilidade social retratada no curta-metragem "Vida Maria" do diretor Márcio Ramos (2006), que mostra várias gerações de "Marias" do mesmo núcleo familiar que sonham em ter acesso à educação, mas por falta de escolas próximas, necessidade de trabalhar e falta de incentivo da família (no caso a Maria que a antecede, e que não conhece outra realidade) acaba tendo sempre a mesma vida árdua e privada de acesso à educação. Ou como retratam os versos da canção "Negro Drama" do grupo suburbano de hip hop/rap "Racionais Mc's" que historicamente escreve sobre a violência que as camadas marginalizadas dos centros urbanos sofrem:

"[...]Num clima quente
A minha gente sua frio
Vi um pretinho
Seu caderno era um fuzil
Um fuzil...
[...]Problema com escola
Eu tenho mil..." (EDI ROCK E MANO BROWN, 1994)

Temos, então, uma educação que é direito de todos, porém, ofertada de tal maneira que mantém a lógica do capital, de reafirmar o poder da classe dominante, e assegurar que o dominado não tenha condições de lutar exitosamente contra a sua condição de subalternidade, temendo o que poderia ocorrer caso se rebelasse

diante da ordem imposta. Assim, temos uma educação que segrega e delimita o destino das camadas desafortunadas da sociedade. Sobre isso, Paulo Freire (1987) fala:

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que lutar por ela significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões. (FREIRE, 1987, p. 96)

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) tem como meta a inserção de todas as crianças e adolescentes no ensino básico (constituído pela educação infantil, ensino fundamental e médio). Tal meta teve surgimento no PNE do ano de 2014, e a previsão era de que a meta seria alcançada até o final de 2016, o plano falhou. Houve sim uma diminuição na quantidade de crianças fora da escola, que era de 3,8 milhões em 2013, segundo o PNE; mas isso não garantiu o êxito esperado pelo investimento no plano.

Sousa (2017) aponta em sua discussão sobre as causas e efeitos da evasão escolar algumas questões que, a partir de sua análise, poderiam contribuir para a diminuição da porcentagem de evasão escolar nacional. Destacamos, entre os seus doze pontos, os cinco mais relevantes. Sendo estes:

01 - Para o combate da repetência e do abandono escolar, é imprescindível que as escolas tenham um sistema de acompanhamento aos alunos com necessidade de apoio, ao longo do ano e não somente nas últimas semanas de aula.

02 - É necessário montar uma estrutura de salas, material e pessoal nas escolas.

07 - As escolas devem oferecer reforço aos estudantes: os diretores podem acompanhar as avaliações individuais desde o início do ano e, juntamente com a coordenação pedagógica, avaliar qual prática ao alcance da escola é a mais adequada.

08 - A escola precisa olhar para si própria, do ponto de vista da gestão, uma providência essencial é atacar as causas da evasão. O acompanhamento eficiente da frequência - que também deve estar na pauta das reuniões pedagógicas - ajuda a mapear o problema e identificar os motivos das faltas. Conforme a razão do problema, é possível escolher a melhor forma de reverter o quadro por meio de conversas com pais e alunos, visitas às famílias, aulas de reforço e campanhas internas e na comunidade. vista como uma obrigação, mas como um espaço de formação para a vida.

12 - Por fim, recomenda-se que as escolas revejam seus conceitos e filosofias para que consigamos minimizar a exclusão dos alunos da escola e consequentemente da nossa sociedade. (SOUSA, 2017, p. 56-57)

Dessa forma, segundo Sousa (2017), se faz necessário garantir uma boa estrutura física e composicional escolar; boa gestão, bons professores, e bom auxílio no ensino de aprendizagem. De fato, isso é importante, mas não resolve em nenhuma medida o problema de quem evade a escola por precisar contribuir financeiramente em casa, ou propõe algo que rompa a lógica do capital, ao contrário, propõe algo que lhe dará trabalhadores mais produtivos, possivelmente, mais disciplinados.

Fazendo o adendo sobre a diferença entre evasão e exclusão escolar, esclarecemos que a evasão pode ser caracterizada pela inexistência da criança e do adolescente na escola, e a exclusão ser o ato praticado pela escola de excluir o aluno. Matos (2012) afirma que "[...] O conceito de exclusão só pode ser compreendido em uma relação dialética com seu oposto, a inclusão" (MATOS, 2012, p. 221). Desse modo, corroboramos com sua visão do que seria a inclusão educacional pretendida afim de melhor compreender seu oposto:

A inclusão em educação pretendida é aquela que valoriza qualquer diferença, que olha o aluno como ele é, que traz a cultura desse mesmo aluno para a sala de aula e, conseqüentemente, para o interior da escola, que estimula a criação de práticas em um agir comprometido com as maneiras de transpor o conteúdo e torná-lo crítico, reflexivo e criativo, que cria oportunidades de construir políticas de inclusão com novas formas de intervenção, garantindo a participação de todos. Não somente uma inclusão que segrega pessoas com necessidades especiais por chamar atenção para a deficiência, na tentativa de incluí-la no ensino dito "regular". (MATOS, 2012, p. 218-219)

Desse modo, podemos compreender que a exclusão escolar está no ato de renegar as necessidades individuais e coletivas do corpo de alunos, não inseri-lo nos processos de construção do saber, e constantemente inferiorizar este de modo que o ambiente escolar lhe cause completa estranheza com a sua construção enquanto ser social, desrespeitando, assim, sua subjetividade, e o apartando do ambiente escolar.

O incentivo do acesso à educação para crianças e adolescentes se dá de diferentes formas, para além das propostas estruturais do Estado, ocorre também por organizações civis variadas, institutos e organizações, a exemplo da plataforma Busca Ativa Escolar, desenvolvida pelo UNICEF em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e o Instituto TIM. Esta atitude é cabível, ainda, à sociedade de modo geral, uma vez que está preconizado

no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que este segmento populacional é responsabilidade da sociedade civil como um todo.

No próximo item nos debruçaremos, especificamente, sobre o Programa Busca Ativa Escolar, uma vez que ele é uma das estratégias que vem sendo desenvolvida para ajudar os municípios a combater a exclusão escolar que leva a evasão.

3.1. Busca Ativa Escolar

O Busca Ativa Escolar é uma iniciativa do UNICEF para garantir que cada criança e adolescente esteja na escola. Desenvolvida por meio de diversas frentes de atuação, a iniciativa procura conscientizar diferentes atores responsáveis pela inclusão escolar, e também a sociedade em geral, sobre o problema da exclusão escolar e sugerir planos práticos para chegar a uma solução.

Os primeiros projetos de busca ativa implementados no Brasil na área de educação teve como foco a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na rede regular de ensino, que eram invisibilizadas nas estatísticas nacionais.

O objetivo, agora, é utilizar a busca ativa para identificar e trazer para a escola toda e qualquer criança ou adolescente em situação de exclusão escolar. Para isso, se faz importante a realização de parcerias entre os diversos órgãos públicos que se relacionam com o tema em maior e menor grau, como os de educação, assistência social, saúde e proteção à infância.

A busca ativa é, ainda, uma das estratégias previstas no PNE (2014) para a universalização da educação dos 4 aos 17 anos.

De certo modo, a iniciativa também está contemplada no recenseamento escolar determinado pela Lei 12.796/2013, que alterou a LDB. Esse recenseamento poderá servir de base para alteração, adequação e monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME), com base em informações reais sobre as crianças e os adolescentes em idade escolar, não apenas em projeções. Essa mesma lei ressalta que qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e o Ministério Público podem acionar o poder público para exigir que o direito ao acesso à educação básica obrigatória seja cumprido. A notificação de terceiros é uma das ações que também

podem fazer parte das iniciativas de busca ativa. (UNICEF. INSTITUTO TIM, CONGEMAS, UNDIME, 2017, p. 26-27)

É evidente a importância de tal plataforma para inserção de crianças e adolescentes na escola. A cidade de Campina Grande foi a única do Estado da Paraíba selecionada a participar do projeto da Busca Ativa Escolar. No dia 27 de setembro de 2016 o projeto foi lançado, tendo a comissão formada pelas secretarias municipais de educação, saúde e assistência social, as quais passaram a investigar as causas da exclusão escolar dos casos da cidade e traçam uma estratégia em conjunto para inserção escolar destes na escola.

Diante da existência de tal serviço, o setor de serviço social da Organização Papel Marchê tem como uma de suas parcerias na inserção de crianças/adolescentes no ambiente escolar a plataforma Busca Ativa Escolar, quando a demanda de criança/adolescente fora da escola chega à instituição através, muitas vezes, de encaminhamentos de outras instituições, a exemplo dos conselhos tutelares, dos responsáveis pelas crianças e adolescentes que chegam a instituição achando que a Organização Papel Marchê é uma escola, entre outras motivações explanadas a partir da pesquisa realizada junto ao setor social, estes, são direcionados pela recepção ao setor de serviço social, onde as assistentes sociais fazem a socialização do ECA, no qual está assegurado à criança o direito à educação.

Dessa forma, nossa pesquisa visa explicar a relação entre o setor do serviço social da Organização Papel Marchê e a Plataforma Busca Ativa Escolar a partir da visão dos profissionais do próprio setor do serviço social da Organização Papel Marchê. Sobre tal pesquisa, faremos a apresentação no próximo item.

4. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

No ano de 2016, segundo o banco de dados que quantifica os encaminhamentos realizados a outras instituições pelo setor do serviço social da Organização Papel Marchê, tivemos um número de 15 encaminhamentos realizados para a área da educação, sendo estes em sua totalidade sobre crianças ou

adolescentes fora da escola, tendo a distribuição de 8 para a plataforma Busca Ativa Escolar, 5 para a Secretaria Municipal de Educação, 1 para uma creche e 1 para uma escola.

No ano de 2017, constam 9 encaminhamentos, sendo 5 para a Busca Ativa Escolar, 3 para escolas e 1 sem informações de para onde foi direcionado. Neste ano de 2018 os encaminhamentos junto à demanda de crianças fora da escola, dizem respeito também a solicitações de cuidador para crianças e adolescentes que necessitam destes.

A partir da proporção de encaminhamentos realizados para a Plataforma Busca Ativa Escolar, percebemos a relevância de utilizá-la como principal aporte para compreender os caminhos traçados pelo setor do serviço social da Organização Papel Marchê para a inserção de crianças e adolescentes no ambiente escolar. As ações do serviço social da Organização Papel Marchê para a demanda da exclusão escolar, que acarreta à evasão escolar, foi o principal objetivo da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram as três profissionais do serviço social inseridas na instituição. Para a coleta dos dados utilizou-se como instrumento a entrevista semi-estruturada, com nove questões norteadoras. Para analisar as informações coletadas utilizamos a análise de conteúdo, na perspectiva de melhor compreender as respostas e as questões nelas implícitas e explícitas, favorecendo uma melhor análise de conteúdo que, segundo Triviños (1987), é utilizada para o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças e tendências.

Essa pesquisa é fruto do projeto de pesquisa "Os caminhos traçados pelo setor social do Desenvolver Centro para inserção de crianças e adolescentes fora da escola no ambiente escolar" (ARAÚJO, 2017) que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba CEP: 58.109-753 e, assim, a entrevistadora prestou os imprescindíveis esclarecimentos aos entrevistados acerca do teor da pesquisa, de modo que esses puderam firmar o termo de consentimento livre e esclarecido, ficando uma via com o sujeito da pesquisa e outra arquivada conosco, como pesquisadora.

4.1. Caracterização da Organização Papel Marchê

A Organização Papel Marchê, mantém um centro de atendimento especializado à pessoa com deficiência, desenvolvimento global e transtornos escolares está localizado na Rua Geovani Gioia, nº 172, no Bairro Cruzeiro – Campina Grande – Paraíba. A Instituição foi constituída em 14 de setembro de 2003. Em 09 de março de 2009 teve sua reforma estatutária e foi considerado o primeiro Centro de Atendimento Educacional Especializado do Estado da Paraíba. É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, cadastrado nos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social e Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social e Conselho Municipal da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Possui estatuto próprio, normas internas e regras para seu funcionamento.

Desde a sua fundação oferece atendimentos gratuitos, ou pagos em convênio com o SUS, sua manutenção, de fato, vem de recursos financeiros institucionais de órgãos como: a Secretaria Municipal de Saúde, e do FUNCEP-PB (Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Pobreza do Estado da Paraíba).

A equipe multidisciplinar é formada por: assistente social, neurologista, psiquiatra, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, educador físico, acupunturista, pediatra, pedagogo, enfermeiro e técnicos de enfermagem. Sendo estes, em sua maioria, cedidos pelo Governo do Estado e pelo município. Atende a crianças e adolescentes de zero a dezoito anos com queixas de transtornos educacionais do desenvolvimento global, de Campina Grande (PB) e de cidades circunvizinhas, os quais em sua maioria se encontram em situação de vulnerabilidade social. O ingresso destes na instituição se dá a partir de encaminhamentos feitos pela Rede Municipal e Estadual de Ensino, Conselhos Tutelares (norte, sul, leste o oeste), Ministério Público, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Programa RUANDA de Campina Grande (PB), Conselho Municipal de Saúde, Conselho Estadual de Educação, Programa Saúde da Família (PSF), e também por procura espontânea.

4.2. Análise dos dados da pesquisa

As três assistentes sociais da instituição possuem formação relativamente recente, sendo as mais antigas do ano de 2006, se dando assim, a formação destas após o processo de iniciação de ruptura com o conservadorismo na profissão e após a aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social em 1996.

Todas as profissionais entrevistadas concordam que a demanda das crianças fora do ambiente escolar é recorrente. A maioria das profissionais relatou que no passado já foi mais alta, e uma cita, inclusive, que supõe que a divulgação dos direitos da criança e do adolescente se mostra como agente de combate da exclusão escolar. Vejamos a fala de uma delas:

É recorrente. Existia mais... como tinham mais crianças e adolescentes a demanda era maior, mas como tem menos usuários nos atendimentos... Como se tornou mais evidente o direito da criança à escola, como o caso da criança autista no início do ano [caso de repercussão local], daí, as escolas ficam mais atentas a violação, porque antes quando a vaga era negada a mãe ia pra casa chorar, mas agora tudo é publicizado. (ENTREVISTADA 1)

Isto deixa claro que uma vez que as pessoas têm hoje mais acesso à informação, a possibilidade de reivindicar seus direitos aumenta, o que leva as escolas a não negarem vagas a crianças com deficiência na mesma frequência com que acontecia antes, por saber que a repercussão da lesão ao direito poderá lhe acarretar uma série de problemas seja judiciais, seja com relação a reputação da escola, se assim podemos dizer.

Com relação à questão sobre como a demanda das crianças fora da escola chega à instituição, as respostas foram heterogêneas, o que nos mostra que a demanda chega de variadas formas, ou seja a partir das próprias famílias, a partir dos demais profissionais da instituição e a partir de vários contextos, a exemplo de no ato da matrícula escolar ser negada, na negação, por parte da escola, da permanência do(a) aluno(a) na mesma quando este(a) tem comportamento agressivo, quando há negligência familiar, pelo desconhecimento de pais que acham que a Organização Papel Marchê funciona como uma escola, e que pelo fato do usuário estar inserido naquele espaço não necessita mais de ir à escola. Confusão esta causada pelo fato de na sua fundação, o referido centro ter funcionado como

uma escola direcionada a crianças e adolescentes com deficiência. Como nos mostra uma das entrevistadas:

Geralmente pela busca espontânea das famílias. Os casos que têm chegado são dos usuários que já estão inseridos, e que apesar de se fazer necessário para os atendimentos estar na escola não estão... Muitas vezes a escola indica a família a transferir ou a matricular as crianças em outra escola, e já aconteceu também de acharem que o Papel Marchê é uma escola, porque antes realmente era (ENTREVISTADA 3)

Diante de tais situações, notamos que, entre as motivações da evasão escolar relatadas pelos familiares/ou responsáveis às assistentes sociais, nenhuma consta estar ligada à exploração do trabalho infantil, recorrente em outras pesquisas.

Sobre a quebra de direitos de crianças e adolescentes no ato da matrícula ou na sua não permanência na escola, consideramos pertinente lembrar que tais situações descumprem o Artigo 4º do ECA, que garante que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2017, p. 25)

E ainda o artigo 53 do mesmo estatuto que corrobora:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 2017, p. 56)

Os dados revelaram, ainda, que os procedimentos gerados para o atendimento de tais demandas também são variados, todos os profissionais utilizam o instrumental do encaminhamento. Porém, as instituições a quem esses encaminhamentos são direcionados divergem. Em maior parte, as profissionais

entrevistadas realizam o encaminhamento diretamente para alguma escola do interesse da família, e no caso da escola selecionada não matricular a criança é que outros órgãos são acionados, sendo estes: a plataforma Busca Ativa Escolar, que está ligada à Secretaria Municipal de Educação, e o Conselho Tutelar. Em último caso, se a Busca Ativa e o Conselho Tutelar demorar a darem uma resposta, aciona-se a Promotoria de Educação. Outro procedimento utilizado diz respeito ao encaminhamento desta demanda específica direto para a secretaria municipal de educação, que trabalha em parceria com a plataforma "Busca Ativa Escolar". Mas no caso de demora, faz-se o mesmo procedimento de encaminhar para a Promotoria de Educação e o Conselho Tutelar.

Adentrando no universo dos instrumentais técnico-operativos do serviço social, os profissionais do setor social da Organização Papel Marchê relatam fazer uso de um grande arcabouço instrumental para a demanda da evasão escolar. Como relata a Entrevistada 2:

O primeiro procedimento que realizamos é uma escuta, ver quais as queixas que a família/responsável por essa criança/adolescente relata, procuramos realizar uma abordagem bastante ampla para colher informações suficientes para embasar o encaminhamento para os órgãos. O Serviço Social tem um mapeamento de todos os órgãos que devemos encaminhar, no caso, os que foram citados na questão anterior. Ao realizarmos os devidos encaminhamentos, registramos no Banco de Dados do Serviço Social para acompanhar a situação até resolver, quando não obtemos nenhuma resposta do órgão referenciado, procuramos nos informar com a família ou pelo próprio órgão encaminhado. Registramos todos os procedimentos no protocolo próprio da criança/adolescente. Se a família procura o setor pela primeira vez, abrimos protocolo para registrar todo processo e também realizamos o cadastro da família. A pessoa atendida assina em ficha própria cada vez que ela comparece ao setor. Outro instrumento que usamos são as leis que subsidia o direito da criança adolescente à educação. No caso específico desta situação, o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, LDB, Constituição Federal-CF e/ou decretos. (ENTREVISTADA 2)

A partir dessa fala, notamos que o uso dos instrumentais também varia, cada profissional utiliza no seu procedimento diferentes instrumentais. A respeito de tais instrumentais, traremos a contribuição de alguns autores da área sobre sua importância para a prática de intervenção profissional.

Afim de melhor compreensão da entrevista, instrumental que é historicamente utilizado pelo assistente social, trazemos a colaboração de Sarmiento (1994), o qual afirma que, inicialmente a entrevista é empregada numa concepção imediatista e fragmentária com o intuito de estabelecer uma relação de auxílio e, ao mesmo tempo, de educar o seu usuário de modo que ele procure uma resolução para seus

problemas com recursos próprios. Porém, após o movimento de iniciação de ruptura com o conservadorismo, passamos a utilizar tal instrumental numa perspectiva crítica, de modo que "[...] durante o atendimento individual, o profissional procura viabilizar as orientações e os serviços necessários - e possíveis - ao atendimento das solicitações." (TRINDADE, 2013, p. 75) e podendo assim,

[...] extrapolar a concepção, historicamente sustentada, de ser um procedimento que visa apenas ao encaminhamento, apoio, aconselhamento e catarse da população. É preciso ir além da conversa informal, na qual não há preocupação em definir os objetivos na utilização deste instrumento. (SANTOS E NORONHA, 2010, apud GUERRA E FORTI, 2010, p. 52)

Com relação ao encaminhamento, especificamente, Trindade (2013) nos auxilia a compreender sua importância numa perspectiva crítica:

Os encaminhamentos possuem um aspecto técnico muito importante, ele se materializa em um formulário assinado pelo assistente social em papel timbrado da instituição de origem, para que a tentativa de inserção e/ou expansão do acesso a serviços seja institucionalizada. Isto tem um aspecto ético fundamental: trata-se do exercício da autoridade profissional que se responsabiliza pelo encaminhamento e não uma forma de livrar-se do usuário. (TRINDADE, 2013 apud SANTOS, BACKX E GUERRA, 2012, p. 85)

Sobre a documentação utilizada - o cadastro familiar, o protocolo do usuário, o banco de dados, a carta-convite e a devolutiva do encaminhamento- utilizamos o entendimento do uso da documentação defendida por Marconsin (2010).

[...] a documentação terá a direção política que for dada à ação social como um todo. Ela pode até ser um simples "roteiro de papéis a serem preenchidos e organizados" para determinadas concepções, perpetuando o seu caráter controlista e burocrático. Mas, não é dessa forma que estamos tratando aqui, e sim, como um instrumental técnico que possibilita organizar e veicular informações, bem como produzir informações e conhecimento. Ela contém os dados da realidade, que são material de análise do assistente social e que se transformam em informações úteis à população usuária do Serviço Social, sobre ela e a realidade e, também, sobre a própria profissão. (MARCONSIN, 2010, p. 69)

A partir da contribuição teórica dos referidos autores, vemos a importância de cada instrumental utilizado na direção de uma intervenção profissional crítica, que além de garantir ao usuário o acesso aos seus direitos, neste caso, o acesso de crianças e adolescentes à educação, também proporciona a socialização da informação dos direitos pertinentes à família como um todo, respeitando assim o 5º Princípio Fundamental do Código de ética profissional que prevê:

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. (CFESS, 2011, p. 23)

Finalizando a entrevista, realizamos uma sondagem sobre a avaliação das entrevistadas em relação à plataforma parceira - Busca Ativa Escolar. As críticas à referida Plataforma foram, em sua maioria, pela demora em dar uma resposta aos encaminhamentos realizados pelo setor social, em alguns casos é necessário que este, após um tempo de espera, procure diretamente o responsável local pela Plataforma para que assim obtenha uma devolutiva. Inclusive, no banco de dados do serviço social da Organização Papel Marche constam encaminhamentos enviados a mais de um ano que continuam sem devolutiva da Plataforma Busca Ativa. Entretanto, há uma crítica à maneira como a plataforma é gerida, havendo, inclusive, um apontamento de que deveria ocorrer uma "busca ativa" em que a plataforma não dependesse exclusivamente dos encaminhamentos realizados pelas instituições, mas que essa, através do censo, buscasse os alunos que estão fora do ambiente escolar. Sobre isso, uma das entrevistadas falou:

Até o momento, assim... Se é o Busca Ativa não deveria ser "busca passiva", o caminho ocorre pelo caminho inverso. Como eu trabalho numa escola também, acabo tendo acesso a muita informação direta ao MEC. Pelo número do ID do aluno que funciona como uma identidade do aluno poderia se saber quem está na escola num cruzamento de informações com outras plataformas, e assim, saber de todas as crianças/adolescentes que já foram em algum momento matriculado, mas neste momento se encontram fora da escola. Então, algo que poderia ser ativo ocorre passivamente, depende do nosso encaminhamento. (ENTREVISTADA 1)

Com relação à forma de funcionamento da Plataforma Busca Ativa Escolar, não podemos informar o motivo da demora em dar uma devolutiva aos encaminhamentos realizados ou confirmar se a única forma de conhecimento dos casos se dá através de encaminhamentos, pois a pesquisa ora apresentada foi concentrada ao setor social da Organização Papel Marchê, e não teve contato com nenhum parceiro desta para a referida demanda.

A pesquisa ora explanada, nos possibilitou compreender a importância do instrumental técnico operativo utilizado pelo setor social da Organização Papel Marchê, numa perspectiva de asseguramento de direitos dos usuários, bem como analisar o funcionamento da parceria deste com o Busca Ativa Escolar, e pontuar suas críticas à referida plataforma. Nos ficou evidenciada a relevância do atendimento sócio individualizado e dos encaminhamentos realizados às instituições

parceiras, de modo geral, para uma demanda emergencial como a inserção de crianças e adolescentes na escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa que realizamos, concluímos que, assim como nas demais regiões do país, a evasão escolar é uma problemática que atinge o município de Campina Grande (PB), e no caso dos usuários da Organização Papel Marchê, essa problemática ocorre principalmente pela exclusão escolar, por ocorrer a negação no ato da matrícula e/ou pela não permanência na escola de crianças e adolescentes com transtorno ou deficiência intelectual.

Percebemos, a partir das informações coletadas no cadastro familiar, que a negligência no trato para com as pessoas com deficiência, principalmente as que, entre seus sintomas, apresentam agressividade, segundo as informações colhidas nos relatos dos responsáveis durante o atendimento sócio-individualizado registrado nos protocolos individuais dos usuários, embora o relato de uma das profissionais do serviço social da supracitada Organização nos indique que tem ocorrido uma baixa da quebra de direitos, em razão do aumento do acesso à informação que faz com que as pessoas tenham, por sua vez, mais acesso aos seus direitos, e aí, pontuamos a importância da socialização dos direitos sociais de forma que todos possam saber de seus direitos e deveres enquanto cidadão, como uma das profissionais relata fazer em seus atendimentos sócio individualizados.

Destacamos, nesse caso, a importância da utilização do instrumento de atendimento sócio individualizado, registrado nos protocolos individuais dos usuários, que se trata da entrevista realizada individualmente com os usuários, uma vez que esse atendimento é a porta de entrada do setor social da referida instituição, e é a partir deste que é traçado o perfil sócio econômico dos usuários do serviço, é socializado os direitos desses sujeitos, e são apreendidas novas demandas para o setor do serviço social.

Iteramos, também, a importância de uma rede de plataformas/instituições que ajam na direção da garantia das crianças e adolescentes, principalmente nesse

caso, do asseguramento do seu acesso à educação como, a Secretaria Municipal de Educação, a plataforma Busca Ativa, a Promotoria de Educação, Conselho Tutelar e o próprio setor do serviço social da Organização Papel Marchê que, no caso da violação de direitos da criança e do adolescente, cumpre com o previsto no ECA com relação ao dever da família, da comunidade e da sociedade em geral exposto no mencionado Art. 4º.

Entretanto, concordamos com a crítica feita pelas profissionais à plataforma Busca Ativa Escolar, uma vez que a problemática das crianças fora da escola é emergencial, sendo necessário, dentro das possibilidades, haver uma agilização no tratamento dado a estes casos. No entanto, como esta pesquisa não deu voz ao responsável pela plataforma no município, não sabemos as motivações da lentidão do serviço prestado, e por isso, não aprofundaremos nossas críticas.

Consideramos que um dos pontos mais relevantes da pesquisa foi a explanação dos instrumentais técnico-operativos utilizados pelo serviço social para responder a essa demanda e assegurar a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Desta forma, fica evidente a eficácia dos instrumentais, que no passado serviram para dar força a uma prática profissional conservadora e acrítica, culpabilizante do indivíduo, mas que no presente possibilitam uma prática na direção da efetivação do atual código de ética profissional, o qual visa uma quebra com o conservadorismo histórico na profissão e o asseguramento dos direitos sociais. A explanação contribui ainda na direção do apontamento dos teóricos que afirmam que a direção política dos instrumentais quem dará é quem os executa, o profissional que o utiliza é quem irá definir se este contribuirá para uma atuação profissional conservadora, ou crítica.

AN ANALYSIS ABOUT THE PATHS TRACED BY THE SOCIAL SECTOR OF DEVELOPING CENTER FOR INSERTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS.

ABSTRACT

Our work aims to analyze the paths traced by the social sector of the Organization Role Marchê for insertion of children and adolescents in school. The research came from an analytical perspective-criticism of social reality, performed through the bibliographic and documentary and field research, having as instruments of data collection the observation and interviews. From the collected data, we discussed the motivations that lead children and adolescents to evade the school, such as the need to contribute to the family income and school exclusion, we also discuss the technical-instrumental scaffold that social workers Role Marchê use to respond to this demand, and highlight the individualized care partner, and interinstitutional forwarding, as well as analyze the active search at school, platform partner for this problem.

Key words: School Dropout; Social Services; Develop Educational Center; Active Search.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gziana Cleciany Silva de Araújo. **Os caminhos traçados pelo setor social do Desenvolver Centro para inserção de crianças e adolescentes fora da escola no ambiente escolar**. Projeto de pesquisa (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: Uma abordagem histórica. In: FERREIRA, Naura Syrya Carapeto. AGUIAR, Maria Angela da S. (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional Promulgado em 5 de Outubro de 1988, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e adolescente**. Lei Nº 8.069/90. 13 de Julho de 1990, Brasília, DF: Senado Federal, 2017.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual: Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2011.

FERNANDES, Angela Viana Machado. A nova lei de diretrizes e bases da educação de 1996: Entre o texto e o contexto. In: **Cadernos de Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de Campinas**. São Paulo, s/ano.

FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini. SILVA, João Carlos da. Escola pública: Fracasso escolar numa perspectiva histórica. 2007. **Anais do Simpósio de Educação**, 2007.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARCONSIN, Cleier. Documentação e Serviço Social Rebatendo a concepção burocrática e rotineira. In. GUERRA, Yolanda; FORTI, Valeria (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

MATOS, Sandra Maria Nascimento de. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. In: **Educar em Revista**, Curitiba: UFPR. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1550/155023661014/> Acesso em: 09/04/2018

MENEZES, Ana Karla Alves de. **A evasão escolar na ótica das famílias da Escola Ana Azevedo no município de Campina Grande – PB**. 2014. Monografia (Graduação em serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

NOVA ESCOLA. **2,8 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola**. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4749/censo-escolar-2016-28-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-estao-fora-da-escola>. Acesso em 01/08/2017.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar: Para se pensar na inclusão escolar**. 2011. Universidade Federal do Mato Grosso, s/ano.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Claudia; NORONHA, Karine. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção do assistente social - uma perspectiva crítica. In: GUERRA, Yolanda; FORTI, Valeria (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Instrumentos e técnicas do Serviço Social: Elementos para uma rediscussão**. Dissertação de Mestrado. PUC: São Paulo: 1994.

SOUSA, W. R.. **Evasão escolar: Uma abordagem de suas causas e efeitos no sistema educacional**. In: Ciencia, salud, educación, y economía. 2017. Disponível em: www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar. Acessado em 04/08/2017

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, Claudia

Monica dos, BACKX, Sheila e GUERRA, Yolanda (orgs.). **A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987

UNICEF. INSTITUTO TIM, CONGEMAS, UNDIME. **Busca ativa escolar**. Guia de Apresentação. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/downloads/busca-ativa-escolar-guia-de-apresentacao-do-projeto.pdf>. Acesso em: 01/08/2017

Outras consultas:

Vídeo Vida Maria. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4. Acesso em 11/08/2017.

Canção "Negro Drama". Racionais Mc's. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/63398/>. Acesso em 11/08/2017.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS.

Número da entrevista:

Data:

Pesquisador(a):

1. Qual sua formação profissional? Que ano concluiu o curso?
2. Há quanto tempo trabalha na instituição?
3. A demanda de crianças e adolescentes fora da escola é recorrente no Desenvolver Centro?
4. Como ela chega à instituição?
5. Existe um procedimento padrão para esta demanda? Caso sim, qual?
6. Quais os instrumentais técnico-operativos utilizados para esta demanda?
7. Quais as instituições/programas/plataformas parceiros para lidar com esta demanda?

8. Você tem alguma crítica a esta instituição parceira?

9. Deseja acrescentar mais alguma informação?